

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2019/2020

SIND. DOS TRAB. NAS IND. DO VEST. E CALC. DE CRIC. E REGIAO, CNPJ n. 83.814.137/0001-07, neste ato representado por seu Presidente, Sr. IZIO INACIO.

E

SINDICATO DA INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO DO SUL CATARINENSE - SINDIVEST, CNPJ n. 83.562.892/0001-41, neste ato representado (a) por seu Presidente, Sr. XANDRUS GALLI celebram a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de maio de 2019 a 30 de abril de 2020 e a data-base da categoria em 01º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário**, com abrangência territorial em **Araranguá, Cocal do Sul, Criciúma, Forquilha, Içara, Jacinto Machado, Lauro Muller, Maracajá, Morro da Fumaça, Morro Grande, Nova Veneza, Siderópolis, Timbé do Sul, Treviso, Turvo/SC e Urussanga**.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA REMUNERAÇÃO MINIMA

FUNÇÃO	SALARIO NORMATIVO
Costureira e/ou Operador de Máquinas de Costura Industrial (da admissão até 90 dias ou 90 dias depois de promovido (a) internamente ao referido cargo)	R\$1.186,24
Costureira e/ou Operador de Máquinas de Costura Industrial (após 90 dias na empresa ou 90 dias depois de promovido (a) internamente ao referido cargo)	R\$ 1.465,72
Tecelão	R\$ 1.922,51
Ajudante de Tecelão, Serviços Gerais e Office Boy	R\$ 1.138,50
Remalhadeira	R\$ 1.497,34

Parágrafo primeiro – A função de **Costureira e/ou Operador de Máquinas de Costura Industrial** compreende também as funções de Fechadeira, Cortador, Interloquista, Passadeira, Overloquista, bordadeira e Revisora final, para efeito de remuneração mínima.

Parágrafo Segundo - Fará jus ao salário de **Costureira e/ou Operador de Máquinas de Costura Industrial**, de **R\$ 1.465,72 desde a admissão**, se o funcionário tiver experiência mínima na função de 12 (doze) meses de trabalho, conforme registro na CTPS.

Parágrafo terceiro - Fará jus ao salário de tecelão o (a) funcionário (a) apto (a) a atuar desde a programação e o desenho da peça no computador, até a conclusão da peça na máquina de tecelagem.

Parágrafo quarto - A função de serviços gerais corresponde às seguintes tarefas: chuleia bainha e espelho de bolso dianteiro e traseiro, chuleia entre-pernas, faz presilhas (passante), cola entretela, prega etiqueta adesiva (sem costura), tira fios, marca e vinca bolsos, abre costura, embala peças produzidas, monta caixa e coloca batente e cursor de feixes, revisa e corta costura na fechadeira, revisa traseiro e dianteiro de calça, distribui serviços, prega na máquina botão e rebites, coloca TAG, corta passantes com tesoura ou máquina, auxiliar de bordadeira, auxiliar de expedição, auxiliar de almoxarifado, marca botão e caseados, abotoa camisas, confere medidas, auxiliar de corte, copeira e limpezas em geral.

Parágrafo quinto - A função de serviços gerais só se caracteriza quando os trabalhos que envolvem costura forem feitos em máquinas de passante e chuleio. Assim, as tarefas desenvolvidas em outras máquinas de costura descaracterizam a função de serviços gerais.

Parágrafo Sexto - O salário do aprendiz será o mínimo nacional.

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA REAJUSTE SALARIAL

As empresas concederão, a partir de 01/05/2019:

- a) Ao empregado que percebia em abril de 2019, salário igual ou superior a 03 (três) salários mínimos nacionais, atuais R\$ 2.994,00 (dois mil, novecentos e noventa e quatro reais) reajuste de 5,07% (cinco vírgula zero sete por cento), inclusive a incidir somente sobre esse valor, ficando a livre negociação entre empregado e empregador a parcela do salário igual ou superior a 3,0 salários mínimos nacionais.
- b) Para os demais empregados, ou seja, aqueles com base salarial inferior a R\$ 2.994,00, sobre os salários de abril de 2019, reajuste e/ou correção salarial no percentual de equivalente a 5,07% (cinco vírgula zero sete por cento)

04.01 - O percentual previsto no Caput desta cláusula desobriga as empresas de todas as obrigações, direitos, percentuais e valores decorrentes da legislação salarial vigente no período base, ou seja, até 30/04/2019.

04.02 - Serão compensados as antecipações ou adiantamentos legais ou espontâneos pagos no período, salvo os decorrentes de promoção, término de aprendizagem, transferência de cargo, função, estabelecimento ou localidade e equiparação salarial determinada por sentença transitada em julgado.

04.03. As diferenças relativas à aplicação do índice de reajuste sobre os salários do mês de maio serão pagas na folha do mês de junho, a ocorrer até o quinto dia útil do mês de julho.

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA QUINTA PAGAMENTOS

Ficam as empresas obrigadas a efetuarem o pagamento de salários de seus empregados, durante o expediente normal de trabalho.

Parágrafo Único - Quando o 5º (quinto) dia útil de o mês subsequente ocorrer no sábado, o pagamento deverá ser efetuado até sexta feira, 4º (quarto) dia útil.

Salário produção ou tarefa

CLÁUSULA SEXTA HORAS EXTRAORDINÁRIAS

Fica estipulado que as empresas pagarão as horas extras trabalhadas para seus empregados nas seguintes bases e condições:

- a) As duas (02) primeiras horas extras trabalhadas diariamente, serão pagas com adicional de 60% (sessenta por cento) do valor da hora normal, inclusive aos sábados.
- b) As que excederem as duas primeiras horas extras diárias, ou seja, a partir da terceira (3ª) hora serão remuneradas com o adicional de 100% (cem por cento) do valor da hora normal, desde que realizadas no mesmo dia.

Parágrafo Único - As empresas interessadas, a teor do que dispõe o artigo 59, § 2º, da CLT, poderão exceder a jornada normal de trabalho diária, em número não superior a 02 (duas) horas, para compensar com a correspondente diminuição do trabalho aos sábados, sem que isso implique no pagamento de horas extras, inclusive em atividades insalubres.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Outros Adicionais

CLÁUSULA SÉTIMA BANCO DE HORAS

As empresas ficam liberadas para instituírem banco de horas, desde que não ultrapassem o prazo de 06 (seis) meses, sendo que neste caso o banco deve ser homologado perante a entidade sindical. O banco de horas tem por objetivo compensar as horas excedentes à jornada de trabalho regularmente cumprida, nunca excedentes a 2 horas diárias, a exceção das situações prevista no artigo 619 da CLT, ou então acumular as horas, relativamente as chegadas atrasadas ou saídas antecipadas, bem como folgas solicitadas pelo empregado, nos seguintes termos:

Parágrafo Primeiro: A cada hora trabalhada/faltada (integral ou proporcional) e acumulada dentro do banco de horas, será compensada/descontada na proporção de 01 por 01.

Parágrafo Segundo: As horas extras lançadas e não compensadas num prazo de seis meses, deverão ser pagas ao empregado, acrescido do adicional de 60%.

Parágrafo Terceiro: As horas decorrentes de chegadas atrasadas, saídas antecipadas ou folgas solicitadas pelo empregado, se não prestadas no prazo de seis meses, deverão ser pagas para a empresa, de forma simples, mediante desconto em folha de pagamento ou em termo de rescisão de contrato de trabalho.

Parágrafo Quarto: As empresas poderão, mediante acordo com seus empregados, deliberarem pela troca de dias de feriados por outros dias, sem qualquer acréscimo.

Auxílio Transporte

CLÁUSULA OITAVA VALE TRANSPORTE

As empresas se comprometem e se obrigam a cumprir a legislação concernente a concessão do vale-transporte (Lei 7.418/75 e Decreto nº. 95.247/95).

Auxílio Creche

CLÁUSULA NONA CRÈCHE

Os Sindicatos, Profissional e Patronal, formarão uma comissão paritária objetivando sensibilizar o Poder Público Municipal a instalar creches junto às comunidades ou bairros de onde provém o maior contingente de mão-de-obra, para atendimento dos filhos menores dos integrantes da categoria profissional.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Normas para Admissão/Contratação

CLÁUSULA DÉCIMA CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

O empregador se obriga a entregar a segunda via do contrato de experiência, ao empregado.

Parágrafo único - Empregados readmitidos para a mesma função e na mesma empresa, não serão submetido à experiência, desde que tenha exercido a mesma função em outra empresa durante o período mínimo de 12 meses.

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DESPEDIDA POR JUSTA CAUSA

No caso de denúncia do contrato de trabalho de iniciativa do empregador, por justa causa, este deverá comunicar ao empregado, por escrito, o motivo da dispensa.

Aviso Prévio

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA PERÍODO

O empregado deverá ter 03 (três) dias de acréscimo no período de aviso prévio, a cada ano de trabalho, ou seja, com mais de um ano de trabalho o aviso prévio será de 33 (trinta e três) dias, com mais de 02 o aviso será de 36 (trinta e seis) dias e assim sucessivamente.

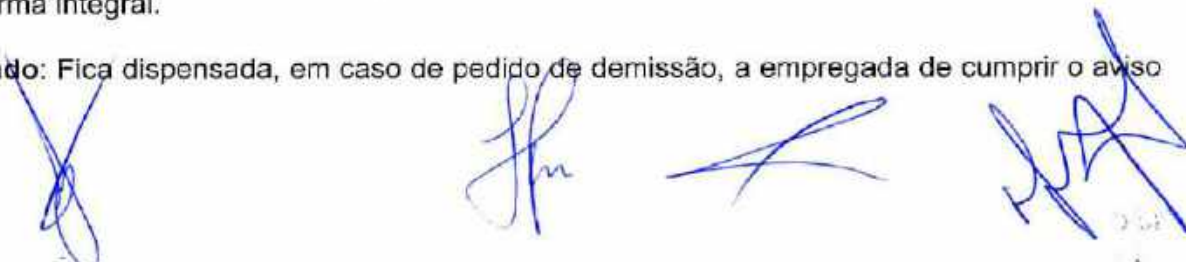
Parágrafo único – no caso de aviso prévio trabalhado, o período de trabalho será sempre de, no máximo, 30 (trinta) dias, independentemente se o período de aviso prévio for igual ou superior a 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DISPENSA AVISO

Fica dispensado do cumprimento do aviso prévio, dado pelo empregador, no caso de o empregado obter novo emprego antes do respectivo término, desde que comprovado por escrito, sendo-lhe devido em tal caso, a remuneração proporcional aos dias efetivamente trabalhados.

Parágrafo Primeiro: O (A) empregado (a) que solicitar demissão, fica obrigado (a) ao cumprimento dos 15 (quinze) primeiros dias do aviso, mesmo que tenha obtido novo emprego, sob pena de desconto do aviso prévio de forma integral.

Parágrafo Segundo: Fica dispensada, em caso de pedido de demissão, a empregada de cumprir o aviso



prévio, quando do retorno após término da licença maternidade de 120 dias.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Normas Disciplinares

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

LIBERAÇÃO DE DIRIGENTE SINDICAL

As empresas concederão licença remunerada, por prazo não superior a 05 (cinco) dias no ano civil, a cada empregado dirigente sindical que permaneça em atividade na sua respectiva empresa, quando tiver que representar o sindicato profissional, em simpósios, congressos, conferências e seminários e outras atividades de interesse do sindicalismo, devendo referida licença ser solicitada pelo sindicato com antecedência de 03 (três) dias e comprovação posterior, sob pena de ficar prejudicada a liberação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

CONTROLE DE HORÁRIO DE TRABALHO

As empresas integrantes da categoria patronal independente do número de empregados, serão obrigadas, a manter o registro de controle da jornada de trabalho de seus empregados através de quaisquer das formas previstas em Lei (Manual, mecânico ou eletrônico).

Parágrafo Único: As empresas poderão adotar o sistema alternativo eletrônico, nos termos da portaria 373/2011, mediante celebração de Acordo Coletivo com o Sindicato Laboral.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

GARANTIAS ESPECIAIS DE EMPREGO

Serão garantidos o emprego e o salário nas seguintes condições e hipóteses:

a) - Ao acidentado, pelo prazo de 12 (doze) meses, após a cessação do auxílio-doença acidentário, nos termos e para os fins do disposto no art. 118 da Lei nº. 8.213/91;

b) - A empregada gestante, até cento e oitenta (180) dias após o parto. Não havendo interesse da empregada em retornar ao trabalho **após o término da licença maternidade de 120 dias**, sua rescisão contratual, como Pedido de Demissão, poderá ser realizada mediante assinatura de um termo de desistência.

c) ao empregado que contar com mais de 05 (cinco) anos consecutivos de serviços prestados ao mesmo empregador, fará jus a estabilidade no emprego ou ao salário, durante os doze meses anteriores à aquisição do direito à aposentadoria por tempo de serviço ou especial, devendo comprovar através de documento oficial do INSS, que se encontra em situação de pré-aposentadoria nos dez dias posteriores a concessão do aviso prévio, ressalvado motivo disciplinar ou o não uso do direito.

Parágrafo Primeiro - O empregado fará jus apenas uma vez a garantia de manutenção de emprego prevista no item acima, e essa garantia cessará ou se extinguirá definitivamente se o empregado não se aposentar após adquirido o direito a qualquer das aposentadorias.

Parágrafo Segundo - A empresa que dispensar o empregado que se encontrar em qualquer das garantias de emprego prevista nesta cláusula, não estará obrigada a promover inquérito judicial, porém, se a rescisão contratual ocorrer sem justa causa, a empresa ficará sujeita ao pagamento, na forma simples, dos salários correspondentes ao período que faltar para completar a garantia dada.

Parágrafo Terceiro - Se rescindido o contrato, sem que a empresa tenha o conhecimento da gravidez, a empregada gestante deverá avisar o empregador de seu estado de gestação e comprová-lo até 60

(sessenta) dias posteriores ao término da vigência do aviso prévio trabalhado, não concedido ou indenizado, sob pena de inviabilizar a sua reintegração e ficar prejudicada no direito de eventual indenização.

Parágrafo Quarto – Com o fim de proteger a gestante e o nascituro, a empresa poderá exigir que, como parte integrante do exame demissional, a empregada faça exame de gravidez, a fim de evitar demissão desnecessária, a qual acarreta transtornos, que poderão ser evitados com o simples exame.

Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA COMPROVANTES DE PAGAMENTOS

As empresas obrigatoriamente fornecerão a seus empregados envelopes de pagamento ou documento equivalente, contendo, além da identificação da empresa, a discriminação de todos os valores pagos e descontados, inclusive o valor do recolhimento do FGTS

Outras normas de pessoal

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA EMPREGADO SUBSTITUTO

Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, o empregado substituto fará jus ao salário do empregado substituído, sem incorporação de eventuais vantagens conquistadas pelo substituído.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA QUADRO DE AVISOS

As empresas com mais de 20 (vinte) empregados destinarão local apropriado para colocação de quadro de avisos e de comunicações de interesse geral da categoria, vedada, porém, qualquer publicação suscetível de prejudicar a normalidade das relações entre a empresa e seus empregados.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Faltas

CLÁUSULA VIGÉSIMA INTERVALO INTRAJORNADA – REFEIÇÃO/DESCANSO

As empresas poderão, em acordo individual ou coletivo com seus empregados, reduzir o intervalo destinado a refeição/descanso em até 30 minutos, não computados na jornada de trabalho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA ABONO DE FALTA A EMPREGADO ESTUDANTE

Serão abonadas as faltas do empregado estudante, nos horários de exames regulares ou vestibulares coincidentes com os do trabalho, desde que realizados em estabelecimento de ensino, oficial ou autorizado legalmente, e mediante comunicação prévia ao empregador, com o mínimo de 72 (setenta e duas) horas, e comprovação oportuna.

Parágrafo único - Todo empregado que, mediante comprovação de matrícula e de freqüência regular às aulas, estudar à noite, fica desobrigado de fazer horas extras, salvo as exceções previstas nos artigos 59 e 61 da CLT.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA
FALTAS JUSTIFICADAS**

A (O) empregada (o) poderá deixar de comparecer aos serviços sem prejuízo do salário:

- I - Até 02 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente (até avós), descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua CTPS, viva sob sua dependência econômica;
- II - Até 03 (três) dias consecutivos, em virtude de casamento, devidamente comprovado;
- III - Até 05 (cinco) dias, ao Pai, em caso de nascimento do filho, no decorrer da primeira semana;
- IV - Por 01 (um) dia, em cada doze (12) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada;
- V - Até 02 (dois) consecutivos ou não, para o fim de alistamento militar, nos termos da lei respectiva;
- VI - No período de tempo em que tiver de cumprir as exigências do serviço militar referidas na letra "c" do art. 65 da Lei 4.375/64;
- VII - De 01 (um) dia por semestre ao empregado para levar cada filho menor ou dependente previdenciário, até 06 (seis) anos de idade ao médico, mediante comprovação no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Férias e Licenças

Férias Coletivas

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA
FÉRIAS INDIVIDUAIS OU COLETIVAS**

As férias, gozadas ou indenizadas, obedecerão aos seguintes critérios e procedimentos.

- a) O início das férias, coletivas ou individuais, iniciará em até 02 dias que antecede feriado ou dia de repouso semanal remunerado. No caso da empresa laborar de segunda a sexta-feira, visando compensar o trabalho aos sábados, as férias poderão iniciar na sexta-feira.
- b) O pagamento da remuneração das férias será efetuado até 02 (dois) dias antes do início do respectivo período de gozo, sendo que, caso o gozo ocorra de forma fracionado, conforme permitido pelo parágrafo primeiro do artigo 134 da CTL, o pagamento dar-se-á de forma proporcional.
- c) O empregado que rescindir espontaneamente o contrato de trabalho e contar com mais de 15 dias (quinze) dias de serviço, terá o direito à indenização de férias proporcionais a razão de 1/12 avos de um terço de férias proporcionais.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Condições de Ambiente de Trabalho

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA
ALIMENTAÇÃO E LOCAL PARA REFEIÇÕES**

As empresas com mais de 80 (oitenta) empregados, arcarão com até 50% (cinquenta por cento) dos custos do almoço ou lanche servidos aos seus empregados, ressalvadas as condições mais favoráveis já praticadas.

Parágrafo Único - As empresas com mais de 80 (oitenta) empregados, que não possua local ou refeitório adequado para almoço, ficam obrigadas a reembolsar aos seus empregados até 50% (cinquenta por cento) do valor da refeição cobrada pela cozinha industrial do SESI de Criciúma.

Uniforme

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA INSTRUMENTO DE TRABALHO

Quando exigidos por lei ou pela empresa, os uniformes, calçados, equipamentos e instrumentos necessários ao desenvolvimento do trabalho, serão fornecidos gratuitamente, ficando responsável pelo uso, guarda e conservação, com obrigação de ressarcimento do respectivo valor, no caso de perda, extravio ou dano que impossibilite o seu correto uso, podendo a empresa, a seu critério, efetuar a cobrança mediante desconto em folha de pagamento ou verbas rescisórias.

Aceitação de Atestados Médicos

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA ATESTADOS MÉDICOS

Os atestados médicos e odontológicos que forem fornecidos por profissionais das Entidades Sindicais Obreiras ou da Previdência Social, para o fim de abono de faltas ao serviço serão aceitos pelas empresas, desde que exista convênio do Sindicato com a Previdência, salvo se o empregador possuir serviço próprio ou conveniado.

Parágrafo Primeiro: Os atestados odontológicos somente serão aceitos para os casos de urgência/emergência, excluindo-se aqueles que o empregado possa pré-agendar com seu dentista fora do horário de trabalho, como por exemplo, mas não limitado, a procedimento estético, o que deverá constar do atestado apresentado.

Parágrafo Segundo: A (s) falta (s) somente será (ão) justificadas quando o atestado médico/odontológico for apresentado ao Departamento de Pessoal da Empresa, no 1º dia útil subsequente após a sua emissão, independente de quantos dias de afastamento tenham sido concedidos.

Primeiros Socorros

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA PRIMEIROS SOCORROS

As empresas se comprometem a manter KITS de primeiros socorros, que serão destinados gratuitamente aos empregados durante o expediente de trabalho no caso de serem acometidos de qualquer mal ou indisposição súbita.

Relações Sindicais

Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA ACESSO AOS DIRIGENTES SINDICATOS

O dirigente sindical, no exercício de suas funções, terá garantido acesso ao refeitório das empresas, nos intervalos destinados a alimentação e descanso, respeitado um tempo mínimo de 30 minutos para que os colaboradores possam realizar a refeição, para desempenho de suas funções, vedada a divulgação de matéria político-partidária ou ofensiva em relação a empresa (seus proprietários, diretores, empregados e prepostos).

Parágrafo Primeiro: O Sindicato dos Empregados, para ter acesso às empresas, deverá, num prazo mínimo de 48 horas, fazer o pedido por escrito (e-mail), detalhando os assuntos que serão expostos aos empregados, assim como a relação das pessoas que se farão presentes, observando que o acesso e a

permanência não ultrapassarão 30 minutos, visando resguardar o tempo mínimo para realização da refeição por parte dos empregados. As empresas poderão se manifestar, por escrito (e-mail), no prazo de 24 horas após o recebimento da solicitação, quanto à concordância ou não, justificando, sendo que o silêncio da empresa importará no aceite.

Parágrafo Segundo: O não atendimento aos requisitos acima, seja em relação ao pedido, seja em relação à conduta do Sindicato, desobrigará a empresa de permitir o acesso do Sindicato ao seu refeitório.

Assistência Social

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA

As empresas poderão contribuir mensalmente ao Sindicato Profissional na respectiva base territorial **sem ônus para o empregado**, com até 1% (um por cento) do salário líquido de cada empregado vinculado à categoria, a título de fundo assistencial para a saúde do trabalhador.

Parágrafo Primeiro: As empresas que possuem até 50 (cinquenta) empregados ficam obrigados ao recolhimento do valor mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais) em favor do Sindicato dos empregados.

Parágrafo Segundo: Ambos os recolhimentos deverão ser feitos através de boleto bancário registrado, emitido pelo Sindicato Laboral; Empresas com até 50 empregados, ficam obrigadas a enviarem ao Sindicato Laboral até o dia 30 de cada mês, documento legal comprovando a quantidade de empregados.

Parágrafo Terceiro: Em ambos os casos o recolhimento deverá ser efetuado em favor do Sindicato Profissional até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao pagamento dos salários.

Parágrafo Quarto: A contribuição das empresas ao Sindicato Profissional tem por finalidade possibilitar a prestação de assistência médica, dentária, hospitalar, farmacêutica, assistência a maternidade, dentre outras atividades assistenciais de interesse dos trabalhadores.

Parágrafo Quinto: Sempre que for solicitado pelo Sindicato Profissional, as empresas deverão fornecer a relação completa de seus funcionários.

Parágrafo Sexto: As empresas se comprometem no ato de admissão do empregado, a ofertar a filiação ao Sindicato Laboral, expondo os benefícios que lhe são oferecidas em decorrência da filiação. O (a) empregado (a) que não tiver interesse na filiação deverá entrar em contato com o Sindicato Profissional

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA TRIGÉSIMA

ASSISTÊNCIA SINDICAL NAS RESCISÕES CONTRATUAIS

Ficam desobrigadas da homologação das rescisões de contrato de trabalho, as empresas associadas ao SINDIVEST e que estejam com as mensalidades em dia, assim como com as contribuições devidas ao Sindicato Laboral, porém se quiserem homologar não terão nenhum custo.

Parágrafo Único: As empresas que não forem associadas ao Sindicato das Indústrias do Vestuário ou que forem associadas, porém estiverem inadimplentes com as mensalidades ou com o valor devido a título de assistência social em favor do Sindicato Profissional, estarão sujeitas, por ocasião da homologação da rescisão de contrato, ao pagamento de taxa no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por homologação, em favor do Sindicato Profissional

Outras disposições sobre representação e organização



**CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA
SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL AÇÃO DE CUMPRIMENTO**

Fica reconhecida a legitimidade processual ativa da Entidade Profissional, na condição de substituto processual dos integrantes da categoria, para ajuizamento de qualquer ação, perante a Justiça do Trabalho, independentemente de relação de empregados, autorização ou mandato, visando o cumprimento ou a cobrança de quaisquer das condições ajustadas neste instrumento normativo.

Disposições Gerais

Outras Disposições

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA
ANOTAÇÕES NA CTPS**

A função efetivamente exercida pelo empregado será anotada em sua CTPS e/ou na ficha de registro de empregado.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA
PENALIDADES**

As empresas pagarão multa correspondente a 2% (dois por cento) do valor da remuneração percebida pelo empregado, pelo descumprimento de obrigação de fazer, por infração e por empregado atingido, em favor desse.

As Entidades Sindicais dispensam o arquivamento desta convenção, bem como de eventuais acordos coletivos firmados, junto ao sistema mediador do Ministério do Trabalho e Emprego.

Criciúma, 1º de maio de 2019.


XANDRUS GALLI
Presidente

SINDICATO DA INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO DO SUL CATARINENSE - SINDIVEST


IZIO INACIO
Presidente

SIND DOS TRAB NAS IND DO VEST E CALC DE CRIC E REGIAO